

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TAYNÁ CARDOSO GONÇALVES

**A RELAÇÃO *ESTABELECIDOS* E *OUTSIDERS* EM ÁREAS DE INTERVENÇÃO  
DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS**

CAMPOS DOS GOYTACAZES  
2016

TAYNÁ CARDOSO GONÇALVES

**A RELAÇÃO *ESTABELECIDOS* E *OUTSIDERS* EM ÁREAS DE INTERVENÇÃO  
DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora:  
Profª Drª Érica Tavares da Silva Rocha

CAMPOS DOS GOYTACAZES  
2016

TAYNÁ CARDOSO GONÇALVES

**A RELAÇÃO *ESTABELECIDOS* E *OUTSIDERS* EM ÁREAS DE INTERVENÇÃO  
DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS**

Monografia apresentada ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Aprovada em: 05/08/2016

Banca examinadora:

Profª Drª Érica Tavares da Silva Rocha  
Orientadora

Profª Drª Gisele Maria Ribeiro de Almeida

Profª Drª Juliana Thimóteo Nazareno Mendes

Campos dos Goytacazes  
2016

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Autor da Vida, que faz todas as coisas perfeitas em Seu tempo; Ao Eterno seja a Honra, Glória e Louvor.

A minha família: Rosane (Mãe), Geilson (Pai) e Stephane (Irmã), vocês foram essenciais em todo o percurso destes quase cinco anos de graduação. Vocês são a minha base, o meu sustento, a razão pelo qual me esforço a cada dia para ser melhor e para lhes dar o melhor. Obrigada pelo Amor, Carinho e Compreensão.

A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Érica Tavares da Silva Rocha: eu sou imensamente grata por sua orientação. Muito Obrigada pela paciência, ajuda e tempo disponibilizados a mim. Muito obrigada por me encorajar a continuar e a acreditar que tudo daria certo.

Aos meus Amigos: Rafaela de Souza – companheira de sempre, para sempre; Gabriel Sardinha – Você se tornou mais que um Amigo; aos demais amigos que me apoiaram e acreditaram que eu conseguiria: Muito Obrigada!

Aos colegas de Universidade: Nós conseguimos! Vocês estarão para sempre em meu coração; tenho certeza que o nosso encontro não foi em vão! Obrigada pela força e companheirismo de cada um de vocês.

A Universidade Federal Fluminense, por me conceder a oportunidade de fazer parte deste grande cenário de múltiplas experiências, conhecimentos e saberes.

## RESUMO

A forma como o espaço da cidade se organiza passa pela atuação de diferentes agentes sociais que imprimem ao espaço suas lógicas de ocupação e apropriação. As relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos sociais também se traduzem nos processos de estruturação urbana, que abrangem elementos sociais, políticos, econômicos e também simbólicos. Esse trabalho trata sobre a relação existente dos indivíduos e famílias que passaram por processos de remoção devido a políticas habitacionais com o espaço da cidade, sobretudo com o espaço mais imediato, que é o bairro de localização do conjunto habitacional. O estudo se concentra em um conjunto habitacional construído em um bairro do município de Campos dos Goytacazes, o Parque Esplanada, este e outros conjuntos fazem parte do Programa Habitacional Morar Feliz da Prefeitura. O objetivo é investigar as relações sociais e espaciais existentes em áreas que passaram por intervenção das políticas habitacionais, pretende-se identificar os mecanismos de ocupação e apropriação do espaço por parte dos moradores do conjunto habitacional, e analisar a aplicação das categorias estabelecidos e outsiders na relação existente entre moradores do conjunto habitacional e os moradores antigos do bairro. A metodologia utilizada trabalhou com pesquisa qualitativa, através da realização de entrevistas semi-estruturadas com moradores do referido conjunto habitacional.

**Palavras-chave:** política habitacional, segregação, estabelecidos, outsiders.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 2.1 – Conjunto Habitacional Morar Feliz em construção (Jockey) .....	29
Figura 2.2 – Planta das casas populares do Programa Morar Feliz .....	31
Figura 2.3 – Rendimento médio na área urbana de Campos - 2010.....	35
Figura 3.1 – Localização do Bairro Parque Esplanada e do Conjunto Habitacional..	38
Figura 3.2 – Construção das casas populares no Parque Esplanada.....	40
Figura 3.3 – As casas populares em fase de ajuste.....	41
Figura 3.4 – Placa na entrada do Conjunto Habitacional Solares Campistas.....	42

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	08
<b>I. Processos de organização socioespacial: diferenças e segregação</b> .....	10
1.1. Espaço físico, espaço social e processos de segregação.....	11
1.2. As diferenças como fonte de estigmatização.....	15
1.3. As categorias de estabelecidos e outsiders em áreas habitadas por população que passaram por processos de remoção.....	20
<b>II . Da formação do espaço urbano em Campos dos Goytacazes ao <i>Morar Feliz</i></b> .....	23
2.1. Antecedentes sobre a formação socioespacial da cidade de Campos.....	24
2.2. As questões sociais em torno da política habitacional do Morar Feliz.....	28
<b>III. Conhecendo o Lugar: A perspectiva dos moradores sobre o Morar Feliz</b> ....	36
3.1. O Parque Esplanada e o Morar Feliz.....	37
3.2. Conjunto Habitacional Solares Campistas: A observação do lugar e o diálogo.	42
3.2.1. A relação dos moradores com o bairro de origem e processo de mudança....	43
3.2.2. A relação com a casa nova e o Conjunto Habitacional.....	45
3.2.3. A relação com o Entorno: o bairro Parque Esplanada.....	47
<b>CONCLUSÃO</b> .....	53
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	55
<b>ANEXOS</b> .....	58

## INTRODUÇÃO

A forma como o espaço da cidade se organiza passa pela atuação de diferentes agentes sociais que imprimem ao espaço suas lógicas de ocupação e apropriação. As relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos sociais também se traduzem nos processos de estruturação urbana, que abrangem elementos sociais, políticos, econômicos e também simbólicos.

Esse trabalho trata sobre a relação existente entre os indivíduos e famílias que passaram por processos de remoção devido a políticas habitacionais com o espaço da cidade, sobretudo com o espaço mais imediato que é o bairro de localização do conjunto habitacional.

Uma das questões que temos a observar nessa pesquisa é como os moradores que passaram por processos de remoção e foram residir em conjuntos habitacionais se sentem em relação à ocupação e apropriação deste novo espaço. Também pretende-se tratar sobre a relação dos moradores de conjuntos habitacionais com as demais pessoas que já residiam no bairro e como se sentem em relação estes.

Portanto, o objetivo deste estudo é investigar as relações sociais e espaciais existentes em áreas que passaram por intervenção das políticas habitacionais. Os objetivos específicos envolvem identificar os mecanismos de ocupação e apropriação do espaço por parte dos moradores do conjunto habitacional, considerando sua relação com o bairro e a cidade, e analisar a aplicação das categorias estabelecidos e outsiders na relação existente entre moradores do conjunto habitacional e os moradores antigos do bairro.

Para tanto, o estudo se concentra em um conjunto habitacional construído em um bairro do município de Campos dos Goytacazes, o Parque Esplanada. Vale ressaltar que o município de Campos passou recentemente pela implementação de uma política habitacional através do Programa Morar Feliz, que visa o reassentamento em condomínios populares, de famílias removidas de lugares considerados como áreas de riscos e vulnerabilidade social, a fim de que



tenham acesso a melhores condições de infraestrutura e qualidade de vida, dando aos indivíduos o direito à habitação digna e segura, segundo a prefeitura.

Para alcançar os objetivos propostos, foi feita uma pesquisa qualitativa através da realização de observações de campo e entrevista semi-estruturada, mediante um roteiro de perguntas abertas de caráter qualitativo. Assim, nossa pesquisa se concentrou no Conjunto Habitacional Solares Campistas, no bairro Parque Esplanada, buscando a relação que os habitantes possuem com o seu lugar de origem, com o lugar de destino e com o entorno do conjunto.

Este trabalho está estruturado da seguinte maneira. O primeiro capítulo trata sobre a apropriação do lugar por parte do indivíduo, mediante os conceitos de espaço físico e social e as categorias *estabelecidos* e *outsiders*, atentando também para os elementos que levam aos processos de segregação socioespacial. Desse modo, buscamos compreender as relações entre os grupos sociais e as desigualdades, que levam ao conflito nos espaços urbanos entre as camadas sociais.

O segundo capítulo trata sobre a formação do espaço urbano na cidade de Campos dos Goytacazes, trazendo uma abordagem do contexto histórico desta formação, enfatizando as políticas voltadas para a habitação e as questões sociais decorrentes destes projetos. Nesse contexto, o foco se dá a respeito do Programa Morar Feliz na cidade de Campos dos Goytacazes.

O terceiro capítulo traz uma abordagem sobre a pesquisa realizada no Conjunto Habitacional Solares Campistas, no bairro Parque Esplanada, procurando analisar as relações dos moradores do conjunto com seus lugares de origem, a vizinhança do conjunto e os moradores do entorno, buscando entender as ações de remoção e as implicações advindas desse processo. Assim, apresentamos relatos desta observação em campo e das entrevistas realizadas. Para Obtenção destes resultados, as entrevistas foram feitas somente com 10 moradores do conjunto habitacional, um número relativamente inferior ao total de casas e famílias do local, porém não consultando os moradores antigos do bairro devido aos limites do trabalho. Ainda assim, reconhecemos que a importância de

considerar tanto a percepção dos moradores novos do conjunto quanto dos moradores antigos, seria de fundamental importância para a análise do trabalho.



## CAPÍTULO I

### **Processos de organização socioespacial: diferenças e segregação**

#### **Introdução**

Ao analisarmos o espaço da cidade, podemos compreender as diferentes relações que se estabelecem decorrentes dos processos de desenvolvimento e crescimento do urbano, que vai legitimando a ocupação e apropriação do lugar. Assim, torna-se possível ao indivíduo o reconhecimento da sua posição tanto no espaço físico da cidade quanto no espaço social, no interior dos grupos sociais que compõem a sociabilidade.

As relações internas e as relações entre os grupos sociais se dão através de mecanismos de identificação de semelhanças ou oposição, e da ocupação de determinadas posições sociais. Dependendo da forma em que se dão, seja de cunho social, econômico, cultural ou político, podem ser gerados processos de diferenciação, segmentação ou mesmo segregação, que também trazem reflexos no espaço da cidade.

O presente capítulo tem como objetivo relacionar os conceitos de espaço físico e espaço social, entendendo a partir das relações desenvolvidas, a questão do lugar no contexto destas estruturas. Assim, o indivíduo pode se considerar ou não do lugar, devido às relações de pertencimento e as condições de apropriação do espaço que pode apresentar. Além disso, podem enfrentar também as diferenças existentes nos espaços que passam por mecanismos de estranhamento, resistência e conflito nas interações entre os grupos sociais presentes no espaço da cidade.

Diante do exposto, a questão se refere a analisar quais são os elementos que podem ser considerados como explicativos das relações de diferenciação social e espacial. É possível supor que tais elementos podem ser distintos conforme cada tempo, espaço, características, trajetórias e histórias dos indivíduos envolvidos nas relações com o lugar.

## 1.1. Espaço físico, espaço social e processos de segregação

Ao falarmos sobre a localização dos diferentes grupos sociais no espaço da cidade, é importante tratar sobre a relação existente entre os atributos sociais dos diferentes grupos e a forma como se distribuem no espaço da cidade.

No texto “Efeitos de Lugar”, Bourdieu trata da questão do *lugar* através de uma análise das relações entre estruturas do espaço social e as estruturas do espaço físico. Para que esta análise seja minuciosa, o autor inicia definindo as categorias de lugar, espaço físico e espaço social.

Assim, têm-se o lugar como um ponto do espaço físico que é ocupado por um indivíduo (agente) ou uma coisa, podendo ser observado por sua localização espacial em relação a outros indivíduos/coisas, ou por aquele lugar que ocupa. Ou seja, o ponto do espaço físico em que um agente social está situado tem relação com sua posição no espaço social. O espaço social, por sua vez, pode ser visto pela exclusão recíproca ou distinta das posições estabelecidas dentro dele, as posições sociais.

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo efeito de naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). É o caso, por exemplo, de todas as projeções espaciais da diferença social entre os sexos (na igreja, na escola, nos lugares públicos e até em casa)”. (BOURDIEU, 1997, p. 160).

Vemos que, tanto no espaço físico como no espaço social, há uma espécie de divisão hierárquica, que pode ser percebida como a “fronteira natural”, onde podemos entendê-la como a divisão natural do território, como também, pela divisão estabelecida pela ordem dos agentes da dominação política territorial, e pelas relações estabelecidas pelas diferenças e coincidências dos indivíduos dos grupos sociais.

O agente ocupa uma posição no espaço social que é expressa no espaço físico em que ele está, e isso também se relaciona com as localizações de outros agentes, envolvendo suas localizações temporárias e permanentes.

A valorização do espaço social reificado, para o autor, se dá através da relação estabelecida entre a distribuição dos agentes e seus grupos, e a distribuição de bens ou serviços.

As habitações são implantadas em espaços físicos fora do acesso a esta distribuição de bens, onde concentra-se o capital e seus agentes dominantes, e configuram um cenário de segregação e oposição social, que cada vez mais, tornam-se fortemente presente na sociedade, pois são reproduzidas dentro destes espaços pelos indivíduos de seus grupos sociais. O capital possibilita aos agentes que o possuem, estar mais próximos de pessoas e coisas que eles desejam, e também, permanecer distantes de pessoas e coisas que eles não desejam que façam parte do seu convívio, como nos mostra Bourdieu (1997, p. 163-164).

A mobilidade dentro espaço social é constituída através do acúmulo do capital social estabelecido mediante as relações sociais mantidas pelo indivíduo visando se beneficiar nas estruturas sociais da sociedade. Tal possibilidade mostra-nos uma luta do indivíduo ou do coletivo pela apropriação do espaço, desejando alcançar e manter próximo a ele aquilo que lhe é satisfatório e que pode lhe distinguir na hierarquia social. Isso possibilita ao agente considerar-se ocupante daquele lugar, tido como “*habitat*” segundo Bourdieu (1997), apropriando-se do espaço como propriedade.

Apropriar-se do lugar como sua propriedade confere ao agente a ocupação legítima deste, com seus hábitos e costumes sociais adquiridos pela ocupação prolongada do espaço, portando então este capital social de relações e ligações entre os agentes. Os agentes sentem-se como os dominantes do capital por possuírem a ocupação legítima do espaço. Com isso, os habitantes se vêm como responsáveis por manter a manutenção da ordem e hierarquia da estrutura da sociedade, querendo manter próximo a eles aqueles que irão reafirmar a sua posição dentro do espaço.

Podemos perceber que há elementos pertencentes ao espaço que são exigidos daqueles que fazem parte dele, os agentes devem possuí-los para serem inseridos e se sentirem aceitos nestes espaços. Assim, possuir o capital econômico, cultural e social possibilita, conforme Bourdieu (1997), uma associação de coisas e pessoas, onde aqueles que não possuem estes elementos e condições desejadas do espaço são excluídos e tornam-se como *deslocados*.

Neste sentido, e trazendo essa análise para a localização dos diferentes grupos sociais no espaço da cidade, se estabelece uma relação entre desejáveis e deslocados que caracteriza uma espécie de divisão dentro do espaço físico e social. Esta divisão está caracterizada também pelo acúmulo do capital nas três esferas (econômico, social e simbólico) existente entre os moradores antigos e novos, devido ao processo de mobilidade espacial. Isso também nos remete a um cenário de possível desigualdade social, privando os indivíduos de acessos aos serviços disponibilizados pelo capital e sua distribuição de bens (materiais e simbólicos).

Vale ressaltar que, cada indivíduo se associa ao grupo social que se assemelha nos costumes e estilos de vida dele. Isso possibilita o fortalecimento dos grupos sociais beneficiados pela distribuição dos bens, junto aos detentores do poder, para se apropriar e legitimar cada vez mais do lugar.

Com isso, temos uma espécie de segregação do espaço (físico e social), pois os indivíduos que apresentam maior posse de capital buscam sempre manter suas condições privilegiadas de bem-estar, e pelo fato de terem maior facilidade de acumular capital econômico, o seu maior acesso a distribuição de bens, serviços e equipamentos urbanos é algo mais provável de ocorrer. Para aqueles que são de camadas inferiores, o acesso a estes serviços torna-se restrito, não sendo possível gozar dos melhores bens dessa distribuição. Os indivíduos que não possuem determinadas condições para desfrutar destes serviços, são alocados, propositalmente e sutilmente, fora do território de convívio onde estão aglomeradas a maior parte das camadas superiores, fazendo com que haja uma separação social no território físico, demarcando as classes detentoras do capital em determinado lugar e as classes menos favorecidas em lugares distintos. Esta

observação nos leva a reforçar a ideia de segregação residencial apresentada por Ribeiro (2003), dizendo que esta também é decorrente das desigualdades de acesso a diversos bens e serviços urbanos.

(...) a privatização dos serviços urbanos, ao mesmo tempo, tem aumentado a desigualdade de acesso aos serviços e equipamentos que distribuem o bem-estar urbano, especialmente no que concerne à qualidade. As áreas mais ricas, onde estão concentradas as camadas com maior poder aquisitivo, passam a dispor de uma oferta abundante (...), enquanto onde moram as camadas pobres a universalização dos serviços se realiza através da oferta de qualidade inferior. (RIBEIRO, 2003, p. 2).

Esta divisão pode se tornar tão forte, que chega a criar barreiras, impossibilitando os indivíduos menos favorecidos de conseguir mudar sua realidade social, e alcançar a qualidade dos serviços. Essa desigualdade gera grupos sociais completamente diferentes em sua estrutura, onde os indivíduos de camadas superiores fortalecem, através dos seus atos e interações, a sua posição dentro da sociedade.

Ao relacionar com a análise de Ribeiro (2003), percebemos que estes elementos de divisão levam a um isolamento das pessoas com maior poder aquisitivo em relação às pessoas de menor poder aquisitivo, sendo inexistente uma interação entre esses grupos. Isso ocasiona uma mudança na organização espacial e social do território. Em outras palavras, “pobres de um lado, ricos do outro”.

Estas definições nos levam a enxergar dentro do contexto urbano uma diferenciação social que constitui-se de desigualdades nas dimensões da sociedade. Segundo Katzman (2012) e Ribeiro (2003), a inserção no mercado de trabalho está estreitamente relacionada a esta diferenciação social que, muitas vezes, se manifesta no próprio espaço. Devido ao aumento da divisão social do trabalho e a inserção no mercado de trabalho, são geradas diferenças na acumulação de recursos das categorias sociais (RIBEIRO, 2003; KATZMAN, 2012). Esta diferenciação, por sua vez, acaba ocasionando uma falta de interação entre os grupos sociais, impedindo uma espécie de mobilidade social entre os indivíduos das categorias presentes no espaço. Chamamos este processo de segmentação. A medida em que há mecanismos de imposição de barreiras



sociais, físicas e simbólicas à interação entre os grupos, constitui-se um processo de segregação tanto social quanto espacial (RIBEIRO, 2003; KATZMAN, 2012).

Para Ribeiro (2003), as desigualdades sociais estabelecidas entre os indivíduos se refletem no espaço físico, no território, e também “(...) bloqueiam a livre circulação dos indivíduos entre as categorias e, conseqüentemente, entre as localizações espaciais”. (RIBEIRO, 2003, p. 11).

Uma das questões que temos a observar nessa pesquisa é como os moradores que passaram por processos de remoção e foram residir em conjuntos habitacionais se sentem em relação à ocupação e apropriação deste novo espaço. Ao considerar a localização dos conjuntos habitacionais, muitas vezes observa-se que estes não são construídos em espaços que oferecem uma boa distribuição e diversificação de bens e serviços aos indivíduos estabelecidos neles, ou que não possuem estrutura e planejamento suficiente para possibilitar a instalação destes meios de serviços.

A segregação espacial dificulta o acesso dos indivíduos menos favorecidos aos bens e recursos distribuídos no espaço, pois aqueles que já são detentores das condições favoráveis, desejam se apropriar destes recursos e manter sua localização seu espaço físico e social.

Esta pesquisa pretende tratar também sobre as relações estabelecidas com os agentes que já ocupavam este espaço previamente. Isso porque estabelecer contato social com os indivíduos do conjunto poderia soar como abrir mão dos recursos que foram determinados para serem usufruídos pelos moradores do local; isso poderia colocar em risco a sua posse, ou apropriação, deste espaço. Com a chegada dos indivíduos aos conjuntos, os agentes do lugar, podem sentir-se ameaçados pela mobilidade espacial, pois ocorre uma transformação social e cultural, ressignificando o lugar.

## **1.2. As diferenças como fonte de estigmatização**

Conforme Bourdieu (1997) trata sobre os elementos sociais, econômicos e simbólicos exigidos para se inserir em um determinado espaço, é possível supor

que nos bairros onde estão localizados os conjuntos, há uma associação de desejáveis e indesejáveis, que se torna mais evidente com a chegada dos novos moradores ao espaço. Na “associação dos desejáveis”, os habitantes antigos têm elementos e condições reconhecidas e acordadas entre si, que os fazem sentir pertencentes aquele lugar, e distinguir qualquer novo indivíduo que não tenha incorporado as devidas condições para ser inserido neste espaço. Os “indesejáveis”, por conseguinte, sentem os efeitos de não possuírem estes elementos e de não serem reconhecidos como sendo “do lugar”, e se veem como excluídos socialmente e deslocados dentro do espaço, que agora, tornou-se o seu próprio *lugar*.

É nesse sentido que a desigualdade presente no espaço (físico e social) pode gerar uma resistência a formas de socialização e interação com o outro, devido às diferentes condições de posse do capital (econômico, social, simbólico), mas também devido a diferenciais de origem, em relação ao próprio espaço da cidade. A ocorrência ou não dessa resistência pode ser observada através do cotidiano dos indivíduos em um determinado lugar.

Além dos aspectos econômicos e sociais, os moradores originais de um espaço, geralmente, possuem um padrão e costumes de vida adquiridos ao longo do tempo, por sua apropriação legítima do espaço. O conhecimento sobre as pessoas do local, as experiências vividas e compartilhadas entre eles, as atitudes de cada um, já faz parte do seu convívio há tempo.

A chegada de moradores novos ao local pode causar um estranhamento aos antigos, pois é como se a rotina fosse modificada e transferida para um cenário diferente ao que já estava habituado. Novas pessoas, novos costumes, novos estilos e padrões de vida, são anexados a uma realidade diferente, e pelo tempo, caracterizada como pertencente do lugar.

Apesar disso, mesmo quando há significativas diferenças socioeconômicas, podem ocorrer tentativas de interação social, às vezes engendradas devido à interdependência existente entre indivíduos de diferentes classes sociais para a sua reprodução social (como a dependência existente sobretudo no contexto da divisão do trabalho, como entre patrões e empregados).

Além da relação “necessária”, a interação também se dá a partir da tentativa de conhecer o outro, seus costumes e padrões, e entender esta

diferença. Este conhecimento sobre o outro vem a partir da observação de seu cotidiano, onde é possível colher informações baseando-se em sua conduta e, até mesmo, em sua aparência, como nos apresenta Goffman (1985) quando trata da interação social entre os indivíduos, dizendo que esta é chamada de “interação face a face”, pois se trata da “influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença física imediata” (GOFFMAN, 1985, p. 23).

Quando se obtém informações baseadas no que se pode observar do indivíduo, atribui-se a ele características segundo experiências já vividas e determinadas por outro grupo. Assim, podemos supor que, ao receber em seu bairro um conjunto habitacional, os moradores do lugar observam os costumes dos moradores novos e sua aparência e, pautado no que já se viu ou conviveu, impõe a eles características prévias, e definições, sem ao menos conhecê-los. Dentre estas características podemos destacar, por exemplo, encarar os indivíduos como marginalizados e adeptos a ações violentas, devido a categorias de percepção previamente estabelecidas sobre as comunidades de origem, a aparência e as características das pessoas.

Sobre esta observação, Goffman (1985) afirma que, “é com base nesta informação inicial que o indivíduo começa a definir a situação e a planejar linhas de ação, em resposta” (p.19), nos levando a entender que esta observação inicial de dedução sobre o outro pode ocasionar uma espécie de preconceito, pois o indivíduo enxerga no outro, características diferentes da suas e/ou de seu grupo social.

Quanto moradores originais de um espaço não veem nos novatos as características de seu grupo social, também não os veem aptos a se adaptarem a elas. Sobre esta relação, Elias e Scotson (2000), também relatam tal observação no caso da comunidade que foi seu objeto de estudo, dizendo que

Em regra, tais comunidades esperam que os novatos se adaptem a suas normas e crenças; esperam que eles se submetam a suas formas de controle e demonstrem, de modo geral, a disposição de “se enquadrar.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.65).

Assim, os moradores locais podem utilizar-se de *representações de desempenhos* (GOFFMAN, 1985) diárias para fortalecerem seu status e seu papel na comunidade, como uma forma de defesa, reafirmando sua apropriação do espaço devido ao tempo de moradia, tendo a função de evitar a perda do seu

domínio no espaço, mas como citado acima, resulta numa forma de preconceito ao novato.

Ou seja, entre as fontes de preconceito, não encontramos apenas as características sociais e econômicas, mas também o lugar ao qual as pessoas apresentam alguma relação de pertinência, como a origem espacial dos indivíduos e famílias, os lugares em que circulam para trabalho, estudos, lazer, compras etc. Entre estes lugares, certamente o lugar de moradia (ou as origens do lugar de moradia no caso dos que se mudam) é o que apresenta um peso maior na atribuição de significados aos indivíduos.

Os novatos no local são vistos como estranhos por possuírem costumes do cotidiano diferentes dos demais, os seus atributos apresentados nas ações cotidianas, possibilitam aos originários do local presumir a “identidade social” deste grupo, citada por Goffman (1988), em que os indivíduos são alocados devido aos atributos e aspectos naturais e comuns dos membros pertencentes às categorias.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com "outras pessoas" previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua "identidade social" - para usar um termo melhor do que "status social", já que nele se incluem atributos como "honestidade", da mesma forma que atributos estruturais, como "ocupação". (GOFFMAN, 2004, p. 5).

Essa identidade social dos indivíduos do grupo é construída a partir de um processo social, em que há uma combinação dos elementos individuais (personalidade e caráter inerentes ao indivíduo), culturais e sociais, que também são afetadas pelas mudanças ocorridas nas estruturas sociais. Dentro deste processo, podemos observar como existe uma fragmentação da identidade do indivíduo, pois este recebe influências culturais e próprias do ambiente, numa forma de “pertencimento” dessas várias influências, sendo composto por várias identidades. Assim, vemos esta construção conceitual na temática da reconstrução da identidade em Hall (2006), quando nos diz que o sujeito/indivíduo

torna-se fragmentado devido as suas identidades culturais e as mudanças nas estruturas sociais.

Quando novos grupos populacionais chegam a determinados bairros em uma cidade, devido à realidade diferenciada dos grupos, há um “choque” dessas identidades sociais definidas, que pode gerar o preconceito, “ver o outro como estranho”, diferente, como se qualquer manifestação “contrária à minha fosse anormal”. Tal estranhamento nas identidades sociais pode gerar estigmas aos integrantes do outro grupo, capaz de afetar a sua imagem.

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. (GOFFMAN, 2004, p. 6).

Alguém pode ser estigmatizado por ser diferente dos demais do grupo. Assim, o estigma é aquilo que é conferido ao indivíduo atributos e estereótipos que podem ser diferentes dos que realmente lhe pertencem (que fazem parte dele verdadeiramente). Atribuir certas características aos indivíduos e torná-los, diante da sociedade, como diferentes dos demais, e sendo vistos em alguns momentos como ‘anormal’ (não é normal) pode gerar uma espécie de preconceito para com aquele indivíduo.

Ao tratarmos a questão do estigma na esfera social, nos remetemos às observações definidas por Goffman (1988), quando em sua obra nos apresenta o termo dizendo que

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, m si mesmo, nem horroroso nem desonroso. (GOFFMAN, 1988, p.6).

### **1.3. As categorias de estabelecidos e outsiders em áreas habitadas por população que passaram por processos de remoção**

Quando observamos as comunidades que recebem os projetos habitacionais, vemos que, além de ser possível vincular com as colocações de Bourdieu sobre as desigualdades existentes na apropriação do espaço, há uma relação estabelecida entre os moradores locais desta comunidade e os recém-chegados. Nesse sentido, o estudo de Elias e Scotson (2000) sobre *estabelecidos* e *outsiders* parece interessante para observar as relações entre estes grupos distintos.

No caso do estudo destes autores, os estabelecidos caracterizam o grupo de moradores de um bairro inglês que era constituído pelos habitantes antigos e tradicionais daquele lugar. Estes sentiam-se superiores aos moradores recentes, negavam-se a manter contato social com eles, a não ser, pelo que fosse estritamente necessário. Já os outsiders eram considerados como “os de fora”, por serem recém-chegados ao local, e por isso eram menosprezados, rejeitados e estigmatizados pelos estabelecidos, que os consideravam inferiores, e faziam com que os mesmos assim se sentissem. No entanto, não havia qualquer diferença entre eles, senão o tempo de residência no lugar em que, no caso, os estabelecidos eram os antigos residentes e os outsiders os novatos na região.

A superioridade dos estabelecidos se pautava na coesão que existia entre as famílias antigas, pois estas já estavam naquele local e se conheciam há duas ou três gerações, enquanto “os de fora”, eram como estranhos até mesmo entre eles.

Ao trazer essas considerações para o contexto analisado, vemos que esta relação já foi observada em alguns bairros onde são fixados os conjuntos habitacionais, conforme identificado por Mendes (2015) e Teixeira (2004).

As famílias fixadas no lugar desde a sua origem, tem uma relação de afetividade e pertencimento com o local, o que pode leva-los a desprezar, muitas vezes, os moradores recentes dos conjuntos. Os moradores recém-chegados, precisam de tempo para se habituarem ao local, e neste processo, passam em

algum momento pelo estranhamento por estarem em um lugar diferente de sua origem. Leva-se em consideração também que, em alguns casos, no processo de alocação das famílias, elas acabam se distanciando daqueles que no lugar anterior, eram seus vizinhos; isso gera uma perda dos laços afetivos e hábitos que eram naturais do cotidiano. Para que estes possam sentir-se inseridos na sociedade, é preciso que se apropriem do espaço físico e social para que seja criada uma nova identidade. Quanto a isso, Teixeira (2004) nos mostra que

No momento em que os novos moradores ocupam os conjuntos habitacionais, eles se apropriam do espaço naturalmente, de acordo com os seus hábitos, os seus modos de vida e a sua cultura. A apropriação do novo espaço se dá tanto física como socialmente, à medida que se revela a identificação desse morador com o lugar. (TEIXEIRA, 2004, p. 27).

Como podemos perceber, isso ocorre como consequência do processo de mobilidade residencial no espaço da cidade, que pode acabar fortalecendo um grupo estabelecido, e estigmatizando o outro grupo.

Assim como nas observações de Elias e Scotson (2000), é possível supor que há nas comunidades certo desprezo para com aqueles que fazem parte dos conjuntos habitacionais, mesmo com as diferenças econômicas e sociais não sendo tão expressivas entre os moradores antigos e os recém-chegados.

Isso é demonstrado não pelas qualidades ou defeitos individuais dos moradores, mas pelo fato de pertencerem ao conjunto; e não é algo imputado ao indivíduo, mas ao coletivo. No caso do município de Campos dos Goytacazes/RJ, onde concentraremos esta investigação, isso se torna claro quando escutamos muitas vezes a expressão “o pessoal das casinhas”, referindo-se aos moradores dos conjuntos, e atribuindo com essa expressão um significado de marginalização.

Ao relacionarmos com o estudo de Elias e Scotson (2000), podemos supor que ao se deparar com um grupo social diferente, os estabelecidos sentem um estranhamento com a presença dos outsiders, ao considerar que são indivíduos com ações e habilidades do cotidiano distintas, fazendo com que a presença de outsiders no seu lugar de moradia seja percebida como uma ameaça à ordem e relações sociais já estabelecidas, com a introdução de outros valores e regras diferentes, que podem modificar a rotina do lugar.

Além de ser um tipo de ameaça à apropriação do lugar, a presença de outsiders pode representar uma “emenda” aos elos afetivos dos moradores originais. Pelo tempo de convívio, os moradores desenvolvem/criam laços de afetividade entre si e, nesse caso, a introdução de outros no espaço de convívio já constituído pode ser encarada como uma ameaça à ruptura destes laços.

Estes laços afetivos são construídos a partir das ações coletivas da comunidade, e estes prenderiam os indivíduos uns aos outros dentro do grupo ou sociedade por uma solidariedade social. Vemos estes conceitos em Durkheim (2004), quando nos apresenta a solidariedade orgânica presente nas sociedades capitalistas e desenvolvidas, em que os indivíduos têm uma preocupação com os seus interesses individuais mais acentuados, mas onde há um encontro desses interesses se complementando e buscando estar próximo aos que agem e pensam da mesma maneira. Assim, a coesão estabelecida nesse grupo pauta-se nos valores das regras de condutas onde há os direitos e deveres, criando uma interdependência entre os indivíduos, por isso, unindo-os.

Assim, é possível atribuir esta abordagem aos conjuntos habitacionais construídos em territórios selecionados pelos agentes da gestão pública, que acaba imprimindo a estes a ideia de ser um espaço segregado; isso se expressa, na perspectiva do Bourdieu, quando mostra que o espaço habitado é uma expressão espontânea do espaço social.



## CAPÍTULO II

### **Da formação do espaço urbano em Campos dos Goytacazes ao *Morar Feliz***

#### **Introdução**

Para tratar sobre as considerações teórico-conceituais e questões relativas às relações sociais no espaço, pretende-se trabalhar com a experiência da construção de conjuntos habitacionais no município de Campos, mais especificamente em um determinado bairro da cidade, o Parque Esplanada. Para tanto, é importante tecer algumas considerações sobre as áreas de intervenção por parte desta política habitacional recente do município e sua relação com as demais áreas da cidade.

Nesse sentido, o presente capítulo busca, através de dados e referências bibliográficas, apresentar alguns elementos e fenômenos sobre o processo de formação do espaço urbano da cidade de Campos. Além disso pretende tratar-se sobre o contexto urbano mais recente, que possui interferência de diversos agentes sociais, como o poder público local, as forças de mercado e a própria sociedade formando e reorganizando o espaço da cidade.

Para uma melhor abordagem do assunto, o capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira seção, tratamos da constituição e crescimento do espaço urbano na cidade, apontando alguns aspectos relevantes para o seu fortalecimento. Através deste panorama, foi possível encontrar aspectos importantes no cenário da transição do campo para a cidade, que culminou em um crescimento da população no espaço urbano, modificando assim, a realidade geográfica e social do município. Prosseguindo no entendimento destes fenômenos, chegamos à década mais recente, onde a questão habitacional tornou-se de grande importância no contexto social, e assim, um grande projeto de política habitacional ganha força na cidade de Campos, e passa a dar suporte no atendimento a um número considerável de famílias da população campista.

Na segunda seção, nos aprofundamos no entendimento sobre essa política habitacional e as questões sociais que este projeto implica. Para isso, buscamos apresentar e compreender a fonte de repasses para a concretização deste projeto, bem como a missão e objetivo que estes desejam alcançar. Apresentamos também a temática do risco às famílias como fator primordial das remoções, que possibilitariam a estas novas condições de moradias com melhores condições sociais e de infraestrutura, dentro do convívio na comunidade. Pautados nestas fontes iniciais, analisaremos se de fato, houve o cumprimento dessas melhorias para a população e o acesso as diversas políticas sociais.

## **2.1. Antecedentes sobre a formação socioespacial da cidade de Campos**

A cidade de Campos dos Goytacazes está localizada na região Norte Fluminense do Estado do Rio de Janeiro, possui cerca de 483.970 habitantes, conforme registro do IBGE na estimativa da população em 2015, distribuídos em sua extensão territorial de 4.026,370 km<sup>2</sup>. O seu território é formado pela divisão de 15 distritos. Na área urbanizada, há cerca de 80 bairros.

Como fato relevante em seu histórico, a cidade de Campos dos Goytacazes carrega consigo a marca do século XIX, em que a cidade era grande produtora açucareira, quando esta se tornou uma nova atividade no cenário campista, sobressaindo até mesmo sobre a atividade pecuarista, que possuía até então, grande importância na área econômica na cidade.

Neste período, havia uma grande concentração de pessoas no campo, pois trabalhavam na indústria açucareira. Na década de 1930, a atividade econômica da cidade de Campos dos Goytacazes era fortemente ligada e dependente da indústria do açúcar. Com o passar do tempo, essa indústria passou por altos e baixos diante dos fatores econômicos na época, e aos poucos foi perdendo seu “espaço” como principal atividade que movia a circulação econômica na cidade.

A região Norte Fluminense, já desde os anos 1970, também apresentava um contexto de dificuldades econômicas com a decadência especialmente da agroindústria do açúcar, em que a região perdeu sua posição de grande produtora, entre outros fatores, por não ter acompanhado as transformações tecnológicas modernizantes introduzidas no setor no plano nacional. Nesse contexto, os municípios da região enfrentavam a estagnação econômica, queda da produtividade, desemprego e até aumento da pobreza e deslocamentos do campo para as periferias das cidades da região (PIQUET, 2010, p. 80).

Esse declínio na indústria açucareira ocasionou uma forte transformação na estrutura territorial da cidade, que se perdura até os dias atuais. As famílias que ocupavam o espaço rural da cidade trabalhavam nas indústrias de açúcar, e com a decadência do setor agroindustrial, muitas delas tiveram a necessidade de abandonar o campo e vieram para o espaço urbano da cidade, como forma de tentar novas oportunidades de sobrevivência. Assim, houve um grande êxodo rural, e o grande deslocamento de pessoas para a periferia urbana (ARRUDA, 2014). O elevado fluxo migratório de trabalhadores rurais e suas famílias para a cidade levou a uma dificuldade de alocação da população nesse espaço, por não possuírem infraestrutura e condições sociais básicas necessárias para o seu estabelecimento, e também devido ao empobrecimento dessa classe trabalhadora (BÁRBARA, 2004). Ou seja, o espaço urbano da cidade foi sendo ocupado por um crescente nível de pobreza, porque muitas pessoas não possuíam recursos suficientes para se apropriarem de determinados lugares no espaço, criando uma urbanização com uma série de precariedades, como também nos relata OLIVEIRA & PEDLOWSKI (2012):

A ligação com o setor sucroalcooleiro também explica o rápido crescimento das regiões periféricas a partir da década de 1970, quando o setor entrou num processo de decadência. O fechamento de dezenas de fábricas de açúcar e álcool implicou numa forte corrente migratória do campo para as cidades, com a maioria dos migrantes integrando-se nas periferias dos núcleos urbanos. Estes novos espaços de ocupação estavam localizados em áreas ambientalmente sensíveis, dando origem a um cordão de favelas no entorno da área urbana, principalmente na sua zona norte. (OLIVEIRA; PEDLOWSKI, 2012, p. 668).

Diante disso, percebemos que estes aspectos mostram como ocorreu e o que levou ao processo de formação do espaço urbano na cidade.

Em meio a tal situação, na década de 1970 foram descobertos os primeiros poços de petróleo na Região Norte Fluminense e no seu decorrer foi sendo iniciada a produção petrolífera, que alavancou um processo de crescimento econômico, levando a mudanças intensas na dinâmica populacional, espacial e de localização das atividades produtivas, assim como nas rendas petrolíferas auferidas pelos municípios (SILVA, 2006). Como apontou Piquet (2003):

De região protegida pelo Estado-nacional desenvolvimentista brasileiro no período da agroindústria do açúcar e 'fechada' por sua elite, [a região norte do Estado do Rio de Janeiro] sofre um processo de ruptura com seu passado quando da descoberta de petróleo em seu litoral. Vê-se então inserida em um mundo globalizado, complexo, rico e pouco afeito ao local. Suas lideranças veem com esperança e temor as mudanças que chegam. Esperança pelas novas perspectivas que se abriam e temor, talvez, por pressentirem que não sendo um capital local, como na época das usinas, o controle sobre o destino regional seria um jogo mais difícil de ser jogado (PIQUET, 2003, p. 4-5).

Com a descoberta do petróleo e gás natural na Bacia de Campos, surge uma nova configuração econômica e política no cenário da cidade, levando a transformações na dinâmica populacional e, conseqüentemente, com efeitos na organização do espaço urbano, como também aponta Arruda (2014).

Um fenômeno relevante que influenciou uma série de transformações na cidade foi o repasse financeiro vindo dos *royalties* do petróleo extraído da Bacia de Campos. Esses recursos devem ser empregados em áreas que necessitem de intervenções e execuções de programas de assistência social, como nos mostra OLIVEIRA (2009): "(...) os repasses dos *royalties* deram capacidade ao Município de Campos para executar programas de assistência social sem que houvesse a necessidade de firmar parcerias com governos federal e estadual". (OLIVEIRA, 2009, p. 39). Portanto, criou um modo de gerir a cidade, sem articulação com os demais entes da federação e sem planejamento adequado, devido às elevadas receitas orçamentárias do município.

Como uma das áreas que mais recebeu apoio deste repasse financeiro, temos as políticas habitacionais no entorno urbano da cidade, que trouxe expressiva intervenção na cidade e reconfiguração na localização da população. As políticas de investimento em infraestrutura urbana foram feitas prioritariamente nos espaços mais centrais, deixando as extremidades da cidade, onde se localizavam as periferias, sem melhorias nas condições de infraestrutura,

atingindo assim, a população com menor poder aquisitivo que se fixava nestes locais. Desta forma, os conflitos socioespaciais e as lutas por apropriação do espaço, mesmo não tão explícitas, podem ser percebidas.

Devido a ocupações desordenadas, sem acompanhamento do poder público e por não serem objeto de melhorias e transformações em infraestrutura, estas áreas periféricas passaram a apresentar problemas de diversas ordens, como os relativos ao próprio meio ambiente, com alagamentos e inundações, pois muitas destas áreas eram consideradas de risco para serem habitadas. As famílias que viviam nestes espaços, sujeitas a essas condições, não possuíam poder aquisitivo necessário para adquirir residência em locais centrais, e por isso se fixavam nestes lugares onde estariam vulneráveis às ações do ambiente. Em contrapartida, era possível perceber também o fortalecimento e crescimento das residências de famílias com situação econômica elevada, causando uma segregação no espaço urbano. Essa segregação residencial, como nos diz Ribeiro “denota a idéia de separação e de exclusão de determinados grupos sociais do conjunto da sociedade, situações nas quais ocorre a ausência de relações que vinculem estes grupos com o conjunto social” (RIBEIRO, 2003, p.10).

Sob esta perspectiva, Arruda (2014) também nos mostra que esta segregação socioespacial produz uma desigualdade na distribuição de serviços e de infraestrutura entre os diferentes locais e grupos sociais que fazem parte do espaço urbano.

Com o agravamento e repetições de situações de desastres nestas áreas, a Prefeitura começa a atentar-se para a necessidade de intervenção, investindo em programas habitacionais para removerem as famílias desses locais, que passam a serem denominados por áreas de risco.

É nesse contexto que se insere um dos projetos de maior relevância e impacto na área da política habitacional já ocorridos na cidade, o Programa Morar Feliz, que também representa o maior projeto habitacional entre os municípios brasileiros.

## 2.2. As questões sociais em torno política habitacional do Morar Feliz

Antes do Programa Habitacional Morar Feliz, houve algumas intervenções na área habitacional em Campos, mas que nem se aproximam em termos quantitativos do que ocorreu em período recente, com o referido programa.

Apesar de outras ações anteriores, Arruda apresenta que é a partir de finais dos anos 80 e início dos anos 90 que “tem início uma sistematização da gestão local para atender às necessidades habitacionais do município” (ARRUDA, 2014, p. 103), e reorganizar o espaço da cidade. A partir de 1989, implementaram-se algumas políticas sociais e projetos voltados para a área habitacional, que ficou sob a responsabilidade da Empresa Municipal de Habitação e Saneamento (EMHAB) (criada posteriormente, em 1991).

Os primeiros programas de construção de conjuntos habitacionais projetados e edificados na cidade, foram pautados em parcerias com os governos estadual e federal (ARRUDA, 2014). Como exemplo, temos dois conjuntos fruto desta parceria federal por meio da Caixa Econômica Federal e do Programa Habitar Brasil, sendo um estabelecido no Parque Esplanada, intitulado de Nova Jerusalém, e o outro conjunto Morro do Coco (ARRUDA, 2014). Na parceria estadual, temos como exemplo a construção das unidades habitacionais no Parque Aldeia no Novo Eldorado, projetos estes que foram desenvolvidos em 2001 (ARRUDA, 2014). Por possuírem auxílio dos governos, o investimento nesta área não era considerado puramente uma obrigação da prefeitura, pois esta não detinha de recursos suficientes para a elaboração dos projetos, e assim dependia das parcerias<sup>1</sup>.

Segundo Mendes (2015), “somente com o processo de descentralização das políticas sociais é que a prefeitura passou a ter uma ação mais sistematizada no âmbito da habitação popular” (MENDES, 2015, p. 121). No caso de Campos, a renda utilizada para este fim era gerada através do petróleo, os *royalties*, que “com esses recursos, passou a investir de forma mais sistemática na habitação de

---

<sup>1</sup> Uma revisão sobre o histórico das políticas habitacionais no município de Campos pode ser conferida em Arruda (2014).

interesse social e na urbanização de diversas áreas da cidade” (MENDES, 2015, p. 121), passando a possuir certa autonomia na área econômica que possibilitava ao governo uma situação financeira estável, podendo investir em seus programas de políticas sociais.

Com o passar dos anos e diversas gestões municipais, a preocupação com a questão habitacional ganhou força e tornou-se uma missão a ser cumprida por cada gestor que passou pelo governo da cidade. Com um programa que visava a construção de milhares de casas para abrigar famílias em situações de risco, carência social e habitacional, a atual prefeita Rosinha Garotinho, desde o início de seu mandato em 2009, vem desenvolvendo o *Morar Feliz* em diversas áreas da cidade.

O Programa Morar Feliz consiste em um projeto de habitação que visa alocar em conjuntos de moradias, famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco social. Abrange, portanto, indivíduos que possuem suas casas em comunidades que apresentam risco de enchentes (devido a sua localização em beiras de rios) e que estão em margens de rodovias, ou famílias que eram atendidas pelo programa Aluguel Social (MENDES, 2015; ARRUDA, 2014).

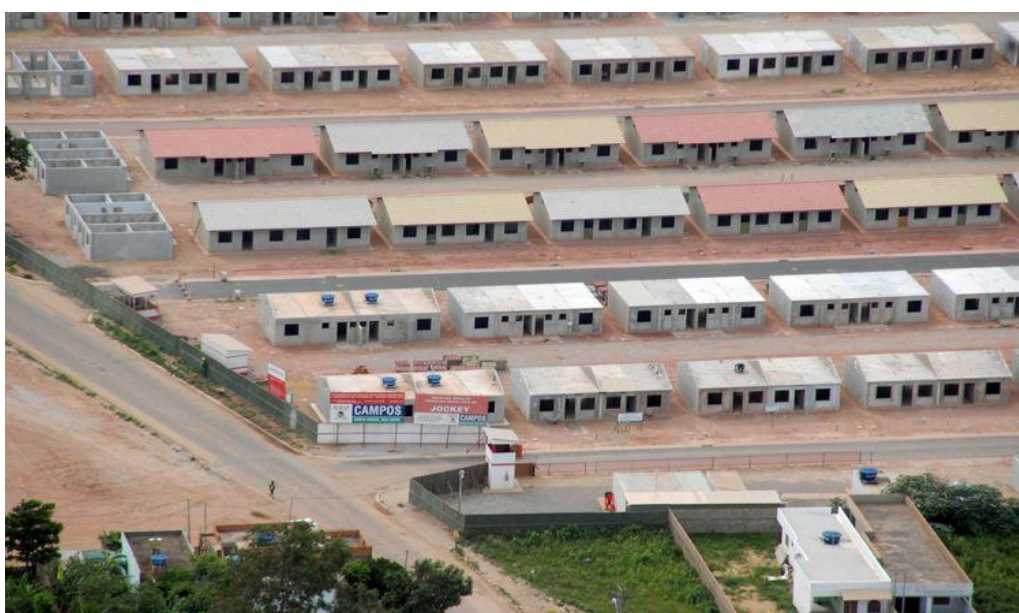


Figura 2.1 – Conjunto Habitacional Morar Feliz em construção (Jockey)

Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – foto por Rodolfo Lins.

Inicialmente quando o projeto foi lançado pela prefeita, a meta era a construção de 10.000 moradias (casas populares), divididas em duas fases: a Fase I, entre os anos de 2010/2012, com a construção de 5.426 unidades habitacionais; e Fase II, entre os anos de 2012/2014, construindo 4.574 unidades habitacionais. Segundo o que foi exposto no material de apresentação do programa habitacional, disponível no site da Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação, este projeto seria uma parceria entre as secretarias do município, onde cada uma seria responsável por executar uma ação, sendo: Secretaria de Obras – Licitação e Fiscalização; EMHAB – Localizar as áreas com demanda para a construção dos conjuntos; Defesa Civil – Remoção das famílias; Secretaria Municipal da Família e Assistência Social – Cadastro das famílias e avaliação social.

As casas populares do projeto têm em sua estrutura 43,08 m<sup>2</sup> de área construída, sendo constituída por dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro e uma área de serviço cada unidade habitacional. Além disso, foram projetadas e reservadas unidades habitacionais com acessibilidade. Os condomínios habitacionais são dotados de infraestrutura como sistema de esgoto e drenagem pluvial, iluminação pública, pavimentação das ruas e locais de acessibilidades nas calçadas.





Figura 2.2 – Planta das Casas Populares do Programa Morar Feliz  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, extraído de Arruda (2014).

A concretização do projeto Morar Feliz é desenvolvido na cidade visando a remoção destas famílias das áreas de risco e vulnerabilidade social (ARRUDA, 2014), e podemos analisar como também sendo uma afirmação da possibilidade do indivíduo de possuir uma habitação, que “é, acima de qualquer aspecto, um direito social, um ‘bem necessário’ ao ser humano” (ARRUDA, 2014, p.41). Dessa forma, temos também a afirmação do direito à moradia, concedido ao indivíduo, em que Arruda (2014) também nos diz:

A moradia, enquanto direito, não diz respeito a apenas ocupar uma casa, mas ter acesso a uma inclusão urbana e social, a equipamentos e serviços públicos (...). (ARRUDA, 2014, p.41).

Mendes, Gomes e Siqueira (2014) também afirmam que a moradia “é o espaço privilegiado da vida familiar, do convívio. (...) constitui um direito constitucional e se relaciona à função social da cidade e da propriedade, (...) expressa as diferentes formas de relação dos seres humanos com o mundo” (MENDES et al., 2014, p. 5-6).

Além de ser encarado como uma política de reassentamento das famílias encontradas nestas condições, o projeto visa e reforça a intenção em dar atenção para a questão ambiental, para enfatizar a redução destas áreas de risco dentro da cidade, como relata Arruda (2014), implicando “em um cunho ‘ambientalista’ e de ‘sustentabilidade’, pautas atuais que conferem uma legitimidade maior ao programa” (ARRUDA, 2014, p.124); como uma maneira de dar autenticidade, e elevar a importância e eficiência desta política pública.

Dentro dessa solução social/ambiental, podemos nos atentar para o fato que as áreas de riscos onde se encontravam as famílias removidas, eram acometidas por desastres naturais devido a sua localização. Quanto aos desastres, Valencio (2009) nos apresenta que na visão da Defesa Civil, como meio institucional, o desastre é o

(...) fenômeno de constatação pública de uma vulnerabilidade na relação do Estado com a sociedade diante o impacto de um fator de ameaça que não se conseguiu, a contento, impedir ou minorar os danos e prejuízos. (VALENCIO, 2009, p. 5).

Diante do exposto, vemos que quando ocorre o desastre, afetando os indivíduos dentro do território, neste caso, houve falha na tentativa de prevenção para que isto não acontecesse, ou para que fosse possível uma diminuição nas consequências.

Sendo assim, mediante as consequências, a solução viável para a intervenção após os desastres é a remoção das famílias, que neste caso, caracterizam grupos de pessoas com poder aquisitivo baixo (pobres), como Valencio (2009) mostra

A territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação, uma “área de risco”, de molde que a remoção das moradias é tratada como uma discussão meramente paisagística muito embora subjacente ao núcleo residencial haja, para o grupo ali inserido, sentidos de pertencimento, necessidades, sociabilidades espacializados. (VALENCIO, 2009, p. 7).

Ou seja, enquanto para o poder público a solução é somente a remoção, com um discurso reforçando e visando o fator área de risco, para o indivíduo e sua família que fazem parte daquele território, essa mobilidade vai muito além de mudança de espaço, pois envolve o rompimento de relações que foram instituídas, construídas e fortalecidas ao longo de sua “estadia” naquele espaço.

Ao passarem por este processo de mobilidade, as famílias são realocadas nas unidades habitacionais construídas nesses conjuntos, sob o discurso remocionista, salientando as melhores condições de infraestrutura, e conseqüentemente, de vida que terão a partir deste processo. Saneamento básico, rede de água e luz elétrica, ruas pavimentadas, são os elementos básicos que compõe a infraestrutura de um local, e que são prometidos aos novos moradores nos conjuntos. Porém, após o reassentamento das famílias, não há manutenção destes elementos básicos locais, que muitas vezes acabam sendo deteriorados e ocasionando problemas, devido à falta de atenção depois de habitados. Dessa forma, sob a perspectiva de Oliveira e Pedlowski (2012), vemos que

A inexistência de mecanismos de acompanhamento dos beneficiários no período pós-ocupação indica que a questão a habitação social é vista pelos seus idealizadores como uma política social compensatória com um fim em si mesma. (OLIVEIRA; PEDLOWSKI, 2012, p.679).

Além de questões estruturais, é preciso levar em conta que, por serem transferidos de um bairro para o outro, muitas políticas sociais necessárias, que antes eram acessíveis aos indivíduos, tornam-se mais difíceis de serem desfrutadas. Em alguns casos, as famílias são realocadas em bairros distantes do seu local de origem, e onde os seus recursos básicos complementares, como acesso ao transporte, educação e saúde, são dificultados e/ou inexistentes. Segundo Oliveira & Pedlowski (2012)

Isto fica evidente quando se verifica a ausência de políticas públicas complementares à da habitação social. A existência desse tipo de lacuna dentro das políticas habitacionais acaba por ter o efeito perverso de tornar os seus beneficiários mais dependentes de políticas assistencialistas, devido ao aumento do custo de vida e a diminuição das fontes de renda informais que existiam anteriormente. (OLIVEIRA; PEDLOWSKI, 2012, p. 679).

Outra questão levantada com a inserção dos conjuntos habitacionais é a mudança na configuração do espaço urbano. Os locais onde há demanda para a edificação dos conjuntos são em sua grande maioria, nas extremidades da cidade, em áreas periféricas. Este fato, que muitas vezes é imperceptível para a população, traz um agravamento na questão da desigualdade social no espaço urbano. Como apresenta Mendes (2015), “ao construir em áreas periféricas, o

Estado agravou o processo de segregação espacial, promovendo a desigualdade espacial e aprofundando a desigualdade social” (MENDES, 2015, p. 87-88).

Vemos que estas ocupações das áreas periféricas, produzem uma segregação no espaço da cidade, pois há um distanciamento, ainda que sutilmente, dos indivíduos menos favorecidos ao acesso de recursos, e reforçando a exclusividade dos que fazem parte de classes média e alta, como nos mostra Firmo (2016), dizendo que

A segregação acaba promovendo a destruição da urbanidade, fomentando a separação e anulando o papel da cidade como lugar de convivência, impedindo os indivíduos menos favorecidos de usufruir o direito à cidade em sua plenitude, causando prejuízos ao exercício da cidadania e à apropriação da cidade, fragmentando o tecido urbano. (FIRMO, 2016, p. 41).

Para termos uma melhor compreensão desta segregação, o mapa de localização dos conjuntos habitacionais construídos pelo Programa Morar Feliz na área urbana de Campos, nos mostra tal fato. É possível notar que os conjuntos estão distantes do centro da cidade, onde há maior concentração e diversidade de infraestrutura, recursos, bens e serviços públicos e privados para a população.

O trabalho de Firmo (2016) mostra que a construção dos conjuntos se deu em áreas que já apresentam uma série de carências de infraestrutura, acesso a serviços e condições sociais e econômicas da população que já residia anteriormente nesses espaços. Conforme se observa no mapa, os conjuntos também se localizam nas áreas que apresentam menores rendimentos médios domiciliares.

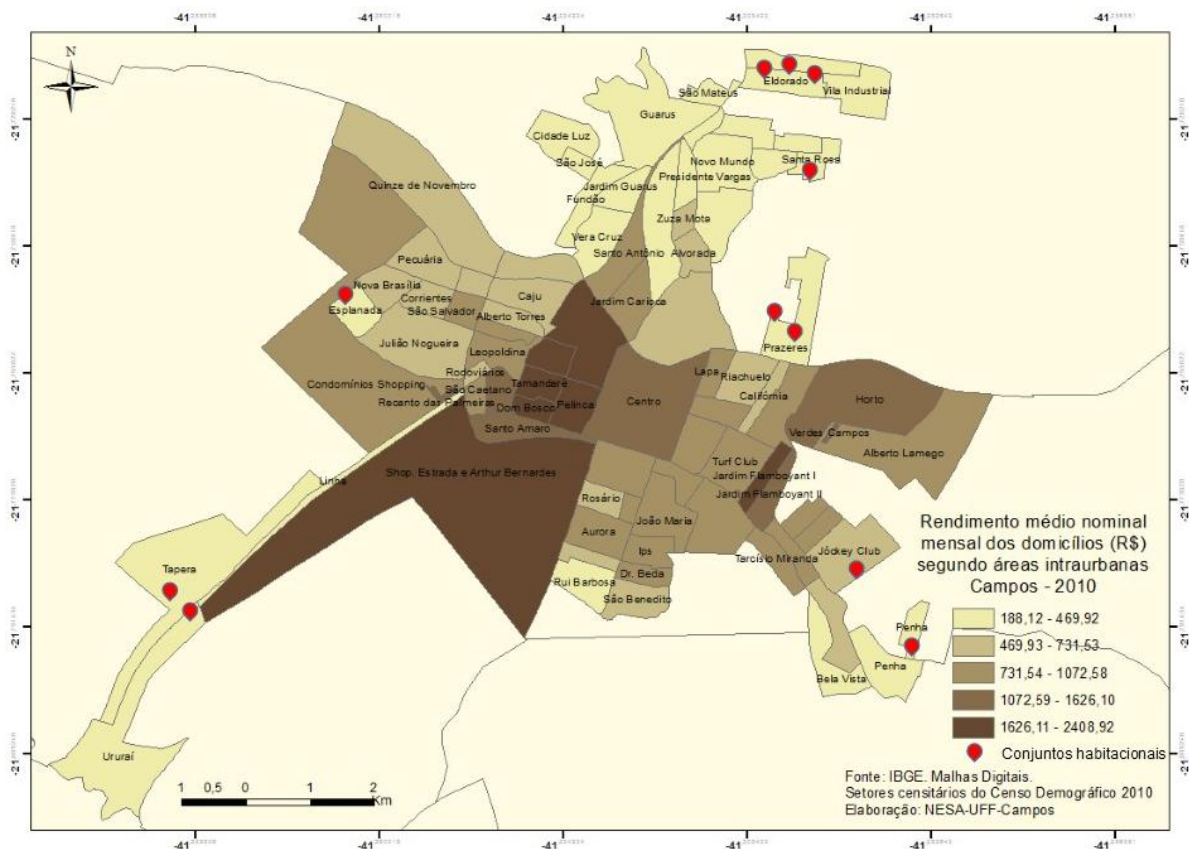


Figura 2.3 – Rendimento médio na área urbana de Campos – 2010 e Localização dos conjuntos habitacionais nessa área  
Fonte: NESA-UFF-Campos.

Acerca disso, Azevedo, Timóteo e Arruda (2013), afirmam:

(...) é sabido que esses processos de assentamento e reassentamento podem não apenas integrar os sujeitos a novas realidades urbanas, o que de fato o fazem, mas, sobretudo têm o potencial de reforçar o processo de segregação socioespacial que se processa, ora submetendo e, ou, modificando o curso de diversos movimentos organizativos em desenvolvimento nesses grupos sociais ali representados, ora alicerçando ou fazendo ruir aqueles interesses e representações, que já são divergentes por si mesmas, mas, que são parte integrante dos mecanismos sociais que levam ao fortalecimento ou quebra dos sentimentos de pertencimento existente no espaço que eram anteriormente ocupados. (AZEVEDO; TIMÓTEO; ARRUDA, 2013, p. 6).

Dessa forma, o poder público acaba atuando no sentido de reforçar a segregação socioespacial já existente nos espaços urbanos. Os processos de mobilidade das famílias para os conjuntos modifica a realidade de vida, pois atinge a interação com o espaço vivido, bem como com os outros indivíduos.

## CAPÍTULO III

### Conhecendo o Lugar: A perspectiva dos moradores sobre o Morar Feliz

#### Introdução

No capítulo anterior, foi possível compreender alguns aspectos sobre o processo de implementação da política habitacional em Campos dos Goytacazes, como os objetivos e o discurso dos setores públicos, a localização dos conjuntos habitacionais, e alguns elementos de sua concretização a partir do reassentamento das famílias. Podemos entender a realidade das transformações ocorridas no espaço com a inserção das políticas habitacionais no espaço urbano da cidade.

A partir desta abordagem, buscaremos no presente capítulo, analisar a relação dos moradores das casas populares com os seus bairros de origem e de destino (bairro atual em que moram, no conjunto), assim como identificar os mecanismos de ocupação e apropriação do espaço por parte dos moradores do conjunto habitacional. Conceitualmente, também pretende-se verificar se as categorias *estabelecidos* e *outsiders* elaborada por Elias e Scotson (2000) se aplicam às relações sociais e espaciais estabelecidas entre os moradores do conjunto estudado e aqueles que já residiam no bairro anteriormente. Portanto, a hipótese que tínhamos era a de que os moradores do conjunto poderiam ser considerados outsiders, uma vez que vieram de outra localidade da cidade, enquanto os moradores antigos poderiam ser considerados como estabelecidos.

A metodologia deste estudo consiste em uma pesquisa qualitativa, mediante a realização de observações de campos e entrevista semi-estruturada, a partir de um roteiro de perguntas abertas de caráter qualitativo (anexo). A pesquisa foi realizada no Conjunto Habitacional do Parque Esplanada, onde foi possível conversar com alguns moradores e observar a sua relação com o lugar e com os vizinhos. Embora tivéssemos um roteiro de perguntas, no momento da entrevista, alguns moradores seguiram relatando livremente suas experiências, enquanto outros foram mais sucintos e objetivos, o que dificultou um pouco a

compreensão do objetivo proposto inicialmente no trabalho. As perguntas abrangiam a relação dos moradores com o lugar de origem, as relações sociais estabelecidas no conjunto habitacional e a percepção que tinham sobre a relação com as demais pessoas do bairro.

Embora reconhecendo a importância de considerar tanto a percepção dos moradores do conjunto, quanto daqueles moradores mais antigos, devido ao escopo e limites deste trabalho, as entrevistas foram feitas somente com 10 moradores do conjunto habitacional do Parque Esplanada. Nesse sentido, a percepção de “outsider” é avaliada através do próprio morador, buscou-se apreender através das questões se eles se veem como tal, ou se acham que as demais pessoas do bairro os veem dessa forma.

### **3.1. O Parque Esplanada e o Morar Feliz**

O local onde ocorreu o desenvolvimento do trabalho foi o bairro Parque Esplanada, que passou a contar com um conjunto habitacional com casas populares do Programa Morar Feliz há quatro anos, com a sua construção assegurada através dos recursos dos royalties do petróleo.

A escolha pelo bairro Parque Esplanada e o Conjunto Habitacional desta localidade, se deu pela proximidade com o meu bairro, e pela relação de convívio com moradores antigos conhecidos e parentes que residem na localidade. Assim, a inserção no campo se deu através de uma amiga que estabeleceu o contato com uma moradora do Conjunto Habitacional, e desta maneira, me apresentou a outros moradores vizinhos.

O bairro Parque Esplanada se localiza na margem direita do Rio Paraíba do Sul, e tem como bairros vizinhos o Parque Julião Nogueira, Nova Brasília e Pecuária, conforme figura 3.1. Segundo Faria e Pohlmann (2015), “o bairro Parque Esplanada resultou de um loteamento inserido no processo de expansão urbana de Campos, a partir da década de 1980, em direção as áreas periféricas, antes de uso rural” (FARIA; POHLMANN, 2015, p. 12).







A análise desenvolvida por Firmo (2016) também mostra que o bairro do Parque Esplanada está localizado numa área mais periférica na cidade de Campos.

Vale notar que a localização do Parque Esplanada e do conjunto habitacional, conforme figura 3.1, se dá também próximo a área de expansão da cidade em torno do Shopping Boulevard. Esta área tem sido ocupada por diversos condomínios fechados de médio e alto padrão, evidenciando um tipo de ocupação do espaço e modelos de segregação socioespacial com proximidade física e distância social, como tratado por Caldeira (2000) ao tratar sobre os enclaves fortificados. Apesar de próximos fisicamente, os moradores destes condomínios fechados não estabelecem relação social com os demais moradores das áreas adjacentes, reforçando a segregação socioespacial pela lógica da fragmentação urbana.

Essa distância social e econômica, apesar da proximidade física, pode ser notada por alguns indicadores. Sobre as condições socioeconômicas, o bairro possuía rendimento médio nominal domiciliar em 2010 de R\$ 411,00, ficando na menor faixa de rendimento entre os bairros urbanos de Campos (observar figura 2.3 do capítulo anterior). A maior parte das famílias se encontrava na faixa de rendimento per capita de até 1 salário mínimo.

No indicador referente à presença de banheiro de uso exclusivo do domicílio e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto, que expressaria condições mais adequadas de saneamento básico, o bairro também ficou com os menores percentuais de domicílios nessas condições – até 21,5% do total de domicílios no bairro em 2010.

No que se refere às condições do entorno, por um lado, os dados sobre pavimentação das ruas, iluminação das vias públicas, presença de calçada e meio-fio/guia, indicam percentuais mais expressivos, por outro lado, a presença de bueiros/boca-de-lobo para escoamento das águas é precária e foi identificado também um percentual considerável de domicílios próximo a áreas com esgoto a céu aberto.

Portanto, no geral e comparativamente aos demais bairros da cidade, o Parque Esplanada já apresentava em 2010 várias carências de infraestrutura, que deveriam ser pensadas previamente quando da construção dos conjuntos habitacionais.

Apesar disso, devido ao fato de que para além do bairro havia demanda de área desapropriada, o local foi escolhido para a construção do Conjunto Habitacional, com o objetivo de abrigar as famílias retiradas de áreas de risco e/ou que se encontravam em condições subumanas, segundo a prefeitura de Campos dos Goytacazes. Em julho de 2012, o Conjunto Habitacional Solares Campistas do Parque Esplanada, foi concluído, e recebeu famílias que foram retiradas da Ilha do Cunha que estavam em locais de risco e de outros bairros, de acordo com a demanda.

Assim, segundo o projeto, o conjunto possui cinco novas ruas, todas com pavimentação de asfalto, água encanada e rede de esgoto; as casas foram entregues pintadas em cores diversas, e possuem a mesma estrutura padrão, salvo as que são destinadas às famílias que precisam de acessibilidade.



Figura 3.2: Construção das casas populares no Parque Esplanada  
Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – foto por Check (16/04/2012)



Figura 3.3: As casas populares em fase de ajustes  
Fonte: Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – foto por Check (16/04/2012)

A Prefeitura construiu através do Projeto Viver Feliz, uma praça dentro do conjunto habitacional, sendo uma alternativa de espaço de lazer, com paisagismo, bancos, playground, mesa de jogos, uma quadra para futebol de areia e iluminação. A praça recebeu o nome de Maria Geisa Messias, em homenagem à moradora do conjunto, já falecida, que anteriormente residia na Ilha do Cunha (lugar de origem da maior parte das famílias), onde morou por trinta e três anos, e quando foi removida para o conjunto disse ter realizado um sonho em obter a casa própria.

Apesar do Programa ser apresentado de forma bem elaborada, na prática, após as remoções, a realidade torna-se diferente. Há implicações que precisariam ser levadas em conta na fase pós-remoção, que geralmente são desconsideradas pelo poder público. Afinal, o indivíduo passa a ser parte do lugar, e para que este possa ter uma boa convivência com as pessoas ao redor e com o local, é necessário que ele tenha condições de ter acesso aos recursos e as melhorias que lhe foram apresentadas nos projetos.

Nas próximas seções, serão apresentados os resultados da pesquisa, mediante a visita ao conjunto e as respostas obtidas a partir do roteiro de perguntas proposto como guia para as entrevistas e observações.

### **3.2. Conjunto Habitacional Solares Campistas: A observação do lugar e o diálogo**

Como primeiro elemento desta experiência no campo, destaco a sensação de estar em um lugar, ainda que já conhecido, mas com a possibilidade e com o dever de olhar de forma diferente. Histórias de anos de convivência, lembranças e memórias de momentos que foram construídos, famílias diferentes, mas que viveram em um dado momento da vida, a mesma realidade; estes elementos se cruzam a cada rua, a cada casa, a cada família.



Figura 3.4: Placa na entrada do Conjunto Habitacional Solares Campistas  
Fonte: Própria Autora.

A maioria dos moradores vieram da Comunidade Ilha do Cunha, e viviam em estado de alerta a cada mudança do tempo, sempre na espreita de que poderiam, caso o nível de chuva fosse muito grande, abandonar as suas casas e se abrigarem em locais improvisados, até que pudessem retornar para os seus lares. Já outros moradores vieram do próprio do bairro e tiveram que migrar para o conjunto, por causa das condições de suas casas. Percebemos que hoje, a chuva já não representa mais um incômodo para estes moradores, que viviam apreensivos os riscos de enchentes.

### **3.2.1. A relação dos moradores com o bairro de origem e o processo de mudança**

Quando analisamos as famílias entrevistadas no conjunto, vemos que a maioria delas tinha como bairro de origem a Comunidade Ilha do Cunha; somente 2 do quadro de 10 entrevistados, que moravam em bairros diferentes, sendo o próprio Parque Esplanada, e o bairro vizinho, Nova Brasília.

Quando tratamos sobre os motivos pelos quais saíram dos seus lugares de origem, como a maioria vinha da Ilha do Cunha, os fatores mais citados foram as enchentes e inundações ocorridas nas cheias do Rio Paraíba do Sul, por reconhecerem que estavam morando em lugares considerados como áreas de risco. Isso nos leva a perceber que os moradores estavam cientes dos riscos aos quais estavam sujeitos, e que tão logo teriam que se retirar das suas casas para algum outro lugar, pois as casas seriam demolidas devido às condições a que estavam vulneráveis.

A gente tinha uma casa lá, aí eles fizeram uma troca de casa com a gente. Eles deram a casa daqui pra gente, aqui no Esplanada, e demoliram a casa de lá, por causa do rio, enchente. (MORADORA 9)

Eu saí de lá por causa da enchente. (MORADORA 3).

Ao tratar da relação com o lugar de origem, os moradores que viviam anteriormente na Ilha do Cunha relataram que gostavam do lugar, das pessoas,

pois havia uma relação de pertencimento com o lugar e laços de afetividade fortalecidos ao longo do tempo com os vizinhos.

Não era lá grandes coisas *né*, mas é onde nós fomos criados *né*. Não tinha o que reclamar; por mim, nem sairia de lá. (MORADORA 3).

Uma moradora reforçou que gostava do lugar “*porque era próximo de tudo*”, como por exemplo, do centro, do transporte etc. Porém, outro fato que não gostavam eram as enchentes frequentes no local, e uma moradora relatou que o incômodo também era grande pela presença do tráfico de drogas no local, que era intenso. Um outro morador declarou que não gostava do lugar de origem, apresentando a seguinte justificativa: “Não gostava porque era lá, e os outros problemas das enchentes” (MORADOR 10). Quanto às condições de propriedade da casa, a maioria relatou que a casa era própria da família, e somente um morador relatou que a casa em que morava no bairro era de aluguel.

Quando tratamos sobre o processo de mudança, todos os moradores declararam que receberam aviso dos setores responsáveis da Prefeitura, e que o serviço de assistência social visitou as casas informando que as famílias teriam que deixar a localidade porque estavam em áreas de risco, e que receberiam uma “casinha” no Parque Esplanada.

Falaram que iam fazer aqui pra tirar a gente de lá por causa da enchente, é área de risco. (MORADORA 3).

A Prefeitura chegou pra cada um e conversou que ia ter que derrubar a casa. E que ia dar uma casinha no Esplanada. (MORADOR 7).

Teve a assistente social lá e conversaram lá, conversaram com o meu esposo, porque a casa era do pai dele. (MORADORA 5).

Somente um morador relatou não ter concordado, mas que saiu do local porque “não podia ficar lá sozinho”. Todos tiveram acompanhamento da Prefeitura na remoção, com suporte de transporte, através de um caminhão disponibilizado para transportar as mudanças para o local novo.

A Prefeitura ajudou, deu caminhão para a mudança, o pessoal para ajudar, deu tudo. (MORADOR 7).

### **3.2.2. A relação com a casa nova e o Conjunto Habitacional**

Após conhecermos como as pessoas enxergavam seu local de origem, o tipo de relação que estabeleceram e como se deu o processo de mobilidade, passamos a tentar compreender a visão das famílias removidas sobre o conjunto, levando em consideração desde a casa nova até a vizinhança e estrutura do conjunto.

Assim, quando abordamos o assunto sobre a casa nova, todos os moradores relataram que a casa é muito boa; o terreno é grande, tendo uma boa extensão além da área construída, os cômodos da casa atendem as necessidades de todos. No geral, afirmaram que a estrutura das casas também é boa. Somente 2 moradores dos entrevistados que moravam na Ilha relataram que as condições de suas casas anteriores eram melhores do que a nova, pois estes moravam na parte mais alta do bairro e suas casas eram de “altos e baixos”, então no momento que ocorriam as enchentes, apesar de afetar a casa, a parte superior da moradia não era alcançada, portanto, eles se deslocavam para a parte superior.

Ao chegarmos no conjunto, já percebemos que as casas são modificadas, pois muitas já não são mais como no projeto original. Muitos moradores investiram em mudanças, deixando a sua casa do “seu jeito, com a sua cara”. Muros erguidos entre as casas, portões de diversos tipos, cores diferentes em cada casa, quintal com gramas e flores.

Mas ainda assim, argumentamos com os moradores quanto às modificações feitas na casa, se havia algum problema ou impedimento, ou se a prefeitura não interviu neste assunto. Todos os entrevistados disseram que não há problemas em fazer alterações nas casas, e reforçam a posse da propriedade, o que legitima o direito de modificar o espaço que é seu.

Neste sentido, muitas casas já possuem muros e portões, elementos que nos trazem o sentido de que cada família deseja delimitar o seu espaço e cuidar daquilo que lhe pertence; as cores em que as casas estão pintadas já não são

mais as que inicialmente foram feitas, hoje são variadas, de acordo com o gosto de cada família.

Este fato nos mostra como o indivíduo tenta se apropriar do lugar e transferir para esta nova realidade a sua personalidade, no sentido de tomar posse da sua nova propriedade. Segundo Teixeira (2004)

No momento em que os novos moradores ocupam os conjuntos habitacionais, eles se apropriam do espaço naturalmente, de acordo com os seus hábitos, os seus modos de vida e a sua cultura. A apropriação do novo espaço se dá tanto física como socialmente, à medida que se revela a identificação desse morador com o lugar. (TEIXEIRA, 2004, p.27).

Desse modo, podemos compreender que cada indivíduo quer retratar a sua vivência em seu lar, seu espaço, sua moradia; ele precisa se identificar com o local que foi inserido. Como também nos mostra Teixeira (2004) ao observar a realidade de outros conjuntos habitacionais em Belo Horizonte, inseridos nos bairros Alvorada e Araguaia, sendo os conjuntos Goiânia e Araguaia, onde buscou compreender as relações estabelecidas entre o modo de vida dos moradores e o projeto da moradia e sua importância no contexto da vida urbana.

Do ponto de vista físico, essa apropriação se revela, inicialmente, em pequenas intervenções de caráter individual na casa ou no lote, de modo que se expresse a identidade do habitante com a moradia. Nesse sentido as alterações sofridas por essas residências oferecidas pelo Estado ocorrem após a sua ocupação pelos habitantes, demonstrando a arquitetura do morador, cujos projetos buscam atender especificamente às suas necessidades. (TEIXEIRA, 2004, p.27).

Um fato que foi ressaltado por alguns moradores e que reforça essa atitude de se apropriar do lugar e encarar uma nova realidade, se identificando com o espaço e retratando assim a sua vivência, é que foi entregue às famílias o Título de Legitimação de Posse das casas, em uma cerimônia realizada no dia 28 de Março de 2015, segundo o jornal online da cidade Campos 24 horas, onde os moradores receberam da então Prefeita Rosinha Garotinho, os títulos que comprovam a posse definitiva das moradias. Ou seja, essa legitimação garantiria e reforçaria o sentido de apropriação do lugar/casas, e assim, conferir as famílias o direito de interferir na habitação para se adequar as suas necessidades e conforme a sua identidade.



Tem gente que faz mudanças na casa sim. Mas a Prefeitura não reclama. Há pouco tempo eles deram a escritura, a posse pra gente. Passou a casa para o nome de cada um. (MORADOR 7).

É nossa (a casa), de papel passado; tem documento e tudo. (MORADORA 9).

Quando tratamos da relação de cada morador com os vizinhos do próprio conjunto, todos os entrevistados relataram ter uma boa interação com os vizinhos, argumentando que são calmos, tranquilos e que não possuem nenhum problema com eles. O fato é que, na parte do conjunto onde as entrevistas se concentraram, a maioria das pessoas vinham de uma mesma área no bairro de origem, então muitos já se conheciam, ainda que não tivessem um convívio próximo, mas se conheciam “de vista”. Diante disso, a interação tornou-se mais fácil de construir ou fortalecer. Mas podemos perceber que havia certa resistência da parte de alguns moradores com as pessoas do outro lado do conjunto (na outra extensão da rua), pois são famílias que viviam anteriormente mais distantes deles na Ilha do Cunha e/ou eram de outras localidades e, assim, vivem em uma realidade diferente da deles, onde há a presença do tráfico de drogas, segundo os moradores.

Aqui no meu pedaço é bom, não tenho do que reclamar. Pra lá que é ... mas pra cá não tenho do que reclamar não. (MORADOR 6).

Dessa maneira, os resultados obtidos pela pesquisa, se limitaram a um determinado espaço do conjunto, devido ao tempo da construção do trabalho. Assim, podemos considerar que no geral, as famílias gostam do conjunto e da estrutura do lugar, reforçando que o lugar é bom e tranquilo, a convivência também é boa, e que vivem despreocupados, pois não estão mais sob os riscos de inundações como antes, que ameaçavam sua casa e seus bens.

### **3.2.3. A relação com o Entorno: o bairro Parque Esplanada**

Passamos então a considerar como as famílias do conjunto enxergavam o bairro Parque Esplanada, a relação com as pessoas do próprio bairro e o acesso

aos serviços básicos prestados ao lugar pelo serviço público, e se atendem as necessidades do conjunto estabelecido no local.

Quanto aos serviços do bairro, as famílias contaram que o acesso ao comércio é normal. No bairro há várias mercearias e padarias, e próximos aos conjuntos também existem. Atualmente, dentro do conjunto Morar Feliz existem mercearias e bares contruídos pelos moradores, para facilitar o acesso. Neste sentido, a reclamação é que não há na proximidade uma farmácia, somente no bairro vizinho.

Com relação aos serviços públicos prestados ao bairro, a insatisfação dos moradores é clara. Na questão da saúde, o bairro Parque Esplanada não possui posto de atendimento. O posto de saúde que atende aos moradores do Parque Esplanada é o Posto de Saúde Jamil Abdu, que se localiza na Pecuária, próximo a Praça Santa Terezinha. Este posto atende aos moradores dos bairros Pecuária, Parque Nova Brasília, Parque Julião Nogueira e Parque Esplanada. Por causa do número de moradores dos bairros, a demanda principalmente de medicamentos e a quantidade de consultas disponíveis, não atende a todos.

Quando abordamos a questão da escola, os moradores relataram que ficou mais próximo para as crianças, pois a maioria já estudava na escola ou na creche do bairro Parque Esplanada, e residir no conjunto, facilitou o acesso. Porém, para outros moradores, em que seus filhos estudavam no Centro Educacional 29 de Maio, no bairro da Pecuária, próximo ao bairro de origem, ficou mais difícil, pois precisam ir de ônibus.

No bairro Parque Esplanada, a frequência do transporte é regular, tanto de ônibus quanto do transporte alternativo, as vans. Porém, estes transportes não passam próximo ao conjunto habitacional, e então estes moradores precisam se deslocar em uma distância aproximada de 500 m para chegar ao ponto de ônibus, dado este que também foi salientado na pesquisa de Faria e Pohlmann (2015) sobre as dificuldades do Conjunto Habitacional do Parque Esplanada. Este problema, dificulta a mobilidade dos moradores ao acesso ao trabalho e a escola, tornando mais longe. Os moradores do conjunto contaram que no início, os ônibus passavam dentro do conjunto, mas devido a algumas crianças terem

jogado pedras contra os coletivos, as empresas cortaram o conjunto da linha. Segundo alguns moradores, já foi feito um abaixo assinado para que os ônibus voltassem, porém não houve resultado.

Quando perguntados se havia algo a mais com relação aos serviços que eles queriam falar, todos os moradores relataram que não há entrega de correspondências dentro do conjunto. Os moradores precisam colocar o endereço de conhecidos ou familiares de outros bairros para receberem as suas correspondências, ou se deslocarem até a sede dos Correios para retirarem. Esse foi um fato que gerou muita insatisfação nos moradores, assim como a falta do transporte. Um outro fato de insatisfação relatado por uma moradora é a presença de muitos roedores e mosquitos. Em contrapartida, serviços essenciais como água, luz e coleta de lixo, são normais dentro do conjunto.

Já em relação às relações com as pessoas do bairro, o fato surpreendente foi que, ao contrário do que apontávamos como hipótese, as famílias do conjunto não manifestaram sentir tanta diferença no tratamento das famílias do bairro Parque Esplanada com eles. Os moradores do conjunto relataram que desde a chegada ao bairro, os moradores do lugar, que poderiam ser considerados como *estabelecidos*, não apresentaram resistência aos habitantes novos, que poderiam ser referidos como *outsiders*. Segundo eles, a receptividade foi boa e agradável. Entre os entrevistados, apenas um morador relatou que no início, os moradores *estabelecidos* tinham certa “desconfiança” e um pouco de preconceito com eles por terem vindo da “favela”, nas palavras do entrevistado; mas que hoje, já não há mais esta diferença, pois o tratamento é normal e a relação é tranquila.

No começo tinha um pouquinho de preconceito, mas hoje em dia é tranquilo. No começo “é o pessoal da favela veio pra cá”. Hoje em dia... Até o pessoal aceitou melhor porque o bairro ficou mais populoso, mais gente, mais movimento. (MORADOR 6).

Sempre trataram super bem. Não senti diferença por ser de comunidade. O tratamento era tudo a mesma coisa. (MORADORA 1).

Portanto, podemos dizer a princípio que as categorias *estabelecidos* e *outsiders*, no contexto do conjunto habitacional inserido no Parque Esplanada, preserva apenas os aspectos espaciais de origem e destino, mas não se estende

às relações sociais marcadas por resistência e preconceito, pelo menos na percepção dos moradores do conjunto.

É possível que a semelhança em termos sociais e econômicos entre os moradores do conjunto e os moradores antigos do bairro tenha sido um elemento amortecedor de conflitos. A homogeneidade social entre os moradores pode ter facilitado a relação. Obviamente a hipótese seria melhor avaliada se também fossem entrevistados os moradores antigos do bairro.

Além disso, a proximidade do conjunto com a antiga área de moradia que era considerada área de risco, pode também ter gerado um comportamento mais compreensivo dos *estabelecidos* em relação aos *outsiders*.

Esse fato se opõe a análise de Teixeira (2004) quando em observação do seu objeto sobre conjuntos habitacionais em Belo Horizonte, a autora percebeu que havia um estranhamento por parte dos *estabelecidos* quanto à presença dos *outsiders* no bairro, encarado como um problema e ameaça a eles, pois eram de realidade econômica, social e cultural diferente do bairro. Assim, Teixeira (2004) nos mostra que

(...) os novos moradores se tornaram ameaça constante para os que ali residiam, pois eram vistos pelos já *estabelecidos* como indivíduos desconhecidos e de origem duvidosa. Além disso, o fato de todo esse novo grupo chegar ao local ao mesmo tempo, também era considerado ameaçador para grande parte de quem já residia ali, que preferiu se isolar ou até mesmo apresentar relações de intolerância ao novo grupo. (TEIXEIRA, 2004, p. 212).

Esta percepção não foi evidenciada pelos entrevistados considerados *outsiders* em nossa pesquisa. Entretanto, nas observações de campo realizadas e em conversas informais com moradores antigos, nota-se que há um comportamento hesitante em relação aos moradores do conjunto, que são geralmente tratados como “o pessoal das casinhas” – termo muito comum utilizado em Campos para se referir às famílias moradoras de conjuntos habitacionais. Além disso, ao questionar alguns estabelecidos, também foi possível ouvir: “não é que temos preconceito, mas ficamos com receio desse pessoal que vem de fora”; “são pessoas que vieram da favela, a gente não sabe como é” alguns também fizeram referência à preocupação com tráfico de drogas e violência.

Portanto, parece que parte dos “sentimentos” dos estabelecidos não são transmitidos para os moradores dos conjuntos, uma vez que estes revelaram não perceber essa preocupação.

Essas observações encontradas nos remetem aos resultados demonstrados pela pesquisa de Mendes (2015), onde ao entrevistar moradores do entorno do Conjunto Morar Feliz no bairro da Penha, em Campos, percebeu que também houve inicialmente uma preocupação do que poderia se tornar o lugar devido a rápida chegada dos moradores novos. Nos relatos, os entrevistados diziam que havia um “receio” por não conhecerem as pessoas gerando um estranhamento inicial, mas que isso foi minimizando com o tempo.

Ainda sobre a pesquisa de Mendes (2015), foram feitas entrevistas com comerciantes do entorno, e percebeu-se que, estes ficaram entusiasmados com a chegada de novos moradores ao bairro, pois isso acarretaria em um aumento no faturamento. Entretanto, este fato não aconteceu, devido às condições financeiras dos moradores. Segundo Mendes (2015), a chegada de outras pessoas implicou em consequências, pois

(...) houve relatos que indicavam o aumento dos furtos os estabelecimentos comerciais e nos ônibus e vans que circulam no bairro. Fato que contribuiu para o aumento da sensação de insegurança e violência no bairro, relatado por alguns moradores antigos. (MENDES, 2015, p. 172).

Diferentemente destes casos, nas pesquisas de Elias e Scotson (2000), estas relações se deram de maneira conflituosa, onde os estabelecidos, originários do lugar, desprezavam os outsiders e assim, agiam com resistência colocando barreiras em uma possível relação de interação que pudesse se desenvolver entre eles, e impedindo este acontecimento.

O grupo estabelecido cerrava fileiras contra eles e os estigmatizava, de maneira geral, como pessoas de menor valor humano. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 19).

Em Winston Parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 23).

Portanto, no caso dos conjuntos habitacionais em Campos, as dificuldades apontadas têm sido mais no acesso a serviços, políticas sociais complementares, e às vezes até nas relações entre as pessoas do próprio conjunto habitacional, por agruparem às vezes pessoas de localidades distintas. Entretanto, ao menos no conjunto analisado, as relações entre estabelecidos (as pessoas que já moravam no bairro) e os outsiders (as pessoas que vieram de fora e foram morar no conjunto) parece ser menos conflituosa, apresentando certa hesitação e receio por parte dos estabelecidos no início, mas sendo amenizada com o convívio. É possível que isso se deva às semelhanças em termos de condições sociais, econômicas, culturais entre estes grupos, uma vez que as populações que passaram por processos de remoção na cidade de Campos geralmente experimentam um processo de mobilidade espacial entre origens e destinos muito próximos, em termos do sentido referente à posição que ocupam tanto no espaço físico quanto no social.

## Conclusão

A configuração socioespacial da cidade está em transição constante nos últimos anos. Ocupar as áreas limite do espaço urbano tem se tornado uma lógica de ocupação cada vez mais constante no desenvolvimento do espaço urbano. Nesse contexto, as intervenções têm sido feitas ainda transferindo para espaços periféricos as famílias que possuem pouco poder aquisitivo, através das próprias políticas habitacionais. Na cidade de Campos dos Goytacazes, o Programa Morar Feliz trabalhou com remoção dos locais de origem diversas famílias. Este fato tem reforçado a segregação no espaço urbano e colocando barreiras para a interação das famílias pertencentes à camada social inferior com a cidade, ao mesmo tempo ampliando, mas também restringindo o acesso a alguns recursos, como apresentamos na construção da pesquisa.

Diante do que foi exposto, este trabalho buscou entender a relação que as famílias que foram removidas das áreas de risco e vulnerabilidade social para os conjuntos habitacionais, estabelecem com o lugar de origem, onde viveram por boa parte de sua vida com determinada realidade, e com o lugar novo, onde fazem parte de uma nova configuração social em um novo espaço, e com as pessoas que estão a sua volta. Procuramos também entender como essas famílias se veem neste novo espaço, se sentiam algum tipo de resistência, ou se não sentiam qualquer tipo de diferença por parte dos moradores originários do bairro novo.

Assim, percebemos que ainda que as famílias passassem por dificuldades e problemas decorrentes das enchentes e outros fatores ambientais, a apropriação que tinham do espaço reforçava o sentimento de pertencimento. Havia os problemas, porém muitas pessoas residiam ali há anos, onde cresceram e formaram a sua própria família, e assim, estabeleceram com o lugar um vínculo afetivo e social. Ter passado por um processo de mudança na sua realidade, pode ter ocasionado alguns transtornos e/ou contrariedades, porém a sensação de viver sem o perigo da incerteza se a cada cheia ou desastre, eles teriam que se retirar apressadamente, fez com que as famílias se adaptassem a um novo

espaço, novas realidades. Alguns vínculos sociais foram preservados e transferidos ao novo lugar, outros tiveram que ser construídos.

Nota-se que o conjunto habitacional do Parque Esplanada apresenta uma realidade relativamente atípica em relação aos outros conjuntos no que se refere às relações de convivência internas e externas, entre os *outsiders* e destes com os estabelecidos, pelo menos a partir da hipótese que havíamos previsto. Também nota-se certa satisfação apresentada pelos moradores entrevistados no que se refere à melhoria das condições em relação ao bairro de origem, à casa nova e outros aspectos. Entretanto, no que se refere às condições de acompanhamento do poder público na fase pós-remoção das famílias, a ausência deste e os problemas que acarreta parecem ter ocorrido no conjunto também.

Entendemos que as relações *estabelecidos* e *outsiders* nesta área de intervenção da política habitacional foi desenvolvida de maneira menos conflituosa e se encontra tranquila atualmente. Os moradores *outsiders* dos conjuntos não se sentem rejeitados ou tratados de maneira inferior pelo fato de pertencerem a um conjunto habitacional, alguns sentem que já se apropriaram do seu novo espaço e já se identificam como pertencente a este.

Quanto aos moradores *estabelecidos* do bairro, alguns ainda possuem um comportamento receoso em relação aos *outsiders*, porém conseguem se resguardar e não deixam transparecer aos moradores dos conjuntos este fato. Entende-se que com mais tempo para observação e pesquisa, dialogando da mesma maneira como ocorreu com os moradores *outsiders* dos conjuntos, seria possível alcançar melhores resultados quanto ao comportamento dos moradores *estabelecidos* do Parque Esplanada.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, Ana Paula Serpa de. **Política habitacional e direito à cidade: a experiência do Programa “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes-RJ.** Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte fluminense, Campos dos Goytacazes - Rio de Janeiro, 2014.

AZEVEDO, Sérgio de; TIMÓTEO, Geraldo Márcio; ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. **Habitação Social e Segregação Espacial: Implicações do Programa Municipal “Morar Feliz” em Campos dos Goytacazes – RJ.** 37º Encontro Anual da ANPOCS. ST 07 – A metrópole na sociedade contemporânea. 2013.

BÁRBARA, Scheilla Beatriz Alves. **A Municipalização das Políticas Habitacionais: estudo dos indicadores socioeconômicos para habitação em Campos dos Goytacazes (1997 – 2001).** Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – Campos dos Goytacazes / RJ. Universidade Cândido Mendes: 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Efeitos do Lugar.** In: BOURDIEU, P. **A Miséria do Mundo.** Petrópolis: Ed. Vozes, 1997, pp. 159-166.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CRUZ, José Luiz Viana da. Origens, natureza e persistências das desigualdades sociais no norte fluminense. In: CARVALHO, Ailton Mota de; TOTTI, Maria Eugenia Ferreira. (Orgs.) **Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense.** Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social.** 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

FARIA, Teresa de Jesus Peixoto; POHLMANN, Maria Alice de Oliveira. **Dinâmica socioespacial de Campos dos Goytacazes/RJ: O Programa Morar Feliz e expansão da periferia.** In: XVI ENANPUR – Espaço, planejamento e insurgências, Belo Horizonte. ST 7- Dinâmica imobiliária, habitação e regulação urbana. 2015.

FIRMO, C. P. **Organização socioespacial e intervenções no espaço urbano de Campos dos Goytacazes**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal Fluminense (UFF), Campos dos Goytacazes/RJ, 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. In: **A representação do eu na vida cotidiana**. Vozes, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

**IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.**

KAZTMAN, Ruben. **Territorio y cohesión social en las grandes ciudades de América Latina**. In: Encontro Nacional da ANPOCS, p. 1-20, out./2012, 20 p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos, 2008.

\_\_\_\_\_. **Marco Conceptual Sobre Activos, Vulnerabilidad y Estructura de Oportunidades**. Comisión Económica para América Latina y el Caribe - C E P A L - Oficina de Montevideo, "Panorama social da América Latina", ediciones 1996 y 1997, Santiago de Chile, 1998 -p. 19-36.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. **O habitar: práticas socioespaciais no Conjunto Morar Feliz do bairro Penha, Campos dos Goytacazes – RJ**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno; GOMES, Marcos Antonio Silvestre; SIQUEIRA, Antenor Maria da Mata. **Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela Margem da Linha**. 2014 p. 1-20. Disponível em: <<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2858>>. Acesso em: 15 dez. 2014

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de. **Estado local como produtor e modelador do espaço urbano: um estudo de caso das políticas municipais de habitação em Campos dos Goytacazes** / Julio Cezar Pinheiro de Oliveira – Campos dos Goytacazes, RJ, 2009.

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de; PEDLOWSKI Marcos Antonio. **Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ)**. Revista do Instituto de Ciências sociais da Universidade de Lisboa, número 204, volume XLVII, Ano 2012.

PIQUET, Rosélia. **Impactos da Indústria do Petróleo no Norte Fluminense**. Impactos sociais, ambientais e urbanos das atividades petrolíferas: o caso de Macaé. Rosélia Piquet – p. 11-18. Disponível em:

<[http://www.uff.br/macaeimacto/OFICINAMACAE/pdf/11\\_RoseliaPique](http://www.uff.br/macaeimacto/OFICINAMACAE/pdf/11_RoseliaPique)>. Acesso em: 03 ago. 2015

Portal da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes – [www.campos.rj.gov.br](http://www.campos.rj.gov.br).

RIBEIRO, L.C.Q. **Segregação residencial e políticas públicas: análise do espaço social da cidade na região do território**. IN: NETO, E.R. e BÓGUS, C.M. (orgs) **Saúde nos aglomerados urbanos: uma visão integrada**. Brasília, Organização Panamericana de Saúde, 2003.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **IBEU: Índice de Bem-Estar Urbano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letras Capital, 2013.

RIBEIRO, Paulo Silvino. **"Émile Durkheim: os tipos de solidariedade social"; Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/Emile-durkheim-os-tipos-solidariedade-social.htm>>. Acesso em 26 de maio de 2016.

TEIXEIRA, Maria Cristina Villefort. **Espaço projetado e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. **Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil** - Versão Eletrônica PDF, RiMa Editora, 2009 p. 1-268.

## ANEXO

### Roteiro da Pesquisa – Entrevista

#### Origem

- De onde vieram? (De qual bairro eram antes?)
- Por que saíram do local? (Quais os motivos)
- Como eram as condições de propriedade da casa anterior? (se era própria, alugada etc.)
- O que achava do lugar em que moravam? (Gostava ou não? Por quê?)
- Com quem você morava antes? Mudaram as pessoas? (Estrutura familiar mudou?)

#### Processo de Mudança

- Como foi o processo de mudança?
- O que aconteceu com a casa anterior?
- Tiveram acompanhamento da Prefeitura com apoio de assistência social?
- Foi para o conjunto por vontade própria ou obrigado?
- Em algum momento a população ouvida? (em relação às necessidades, as preferências etc. Houve participação população popular?)

#### Casa Nova

- O que achou? (infraestrutura, tamanho, atendimento das necessidades da família. A casa é melhor do que a que tinham antes?)
- A estrutura da casa pode ser modificada? (Já observou algo nesse sentido?)
- Como é a relação com os vizinhos do próprio conjunto? (Há problemas?)
- Sentiu diferença em relação ao local em que morava antes?

#### Relação com o Entorno

- Recepção com as pessoas do bairro: Como acha que as pessoas os viram?
- Como é o acesso a: Serviços/comércio; Serviços/públicos; Trabalho – mais perto ou longe; Educação (escola); Transporte. (Perguntar se há algo mais sobre isso que gostaria de falar?).

#### Segundo Momento de Entrevista (Sondagem)

- Se já se sente “do lugar”
- Se já se apropriou do espaço
- Sente preconceito por parte dos moradores antigos do bairro?